

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

| | |
|---|----|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos | 1 |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 8 |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos | 11 |
| 5.4 - Programa de Integridade | 16 |
| 5.5 - Alterações significativas | 20 |
| 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos | 21 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais | 22 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 36 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs | 41 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 42 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 43 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 47 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados | 48 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 49 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante | 52 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 – Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia, como parte integrante do Grupo Neoenergia, conta com uma Política Geral de Gestão de Risco Corporativo, cuja última atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração da Neoenergia em 30 de março de 2022, que define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Neoenergia e suas controladas.

A Política Geral de Gestão de Risco Corporativo é o marco de gestão de risco corporativo da Companhia e define os princípios básicos, diretrizes e estrutura para gestão de riscos para o grupo da Neoenergia e é complementada pelas políticas de risco corporativas e políticas de riscos para os negócios, também aprovadas pelo Conselho de Administração. No âmbito do negócio, o Grupo Neoenergia possui a (i) Política de Risco do Negócio Liberalizado, dos riscos que contemplam as atividades de geração termelétrica e a comercialização de energia; (ii) Política de Risco do Negócio de Renováveis, dos riscos que contém as atividades de geração hidráulica, solar e eólica e, (iii) Política de Risco para o Negócio de Redes, dos riscos que englobam as atividades de distribuição e transmissão de energia. As políticas corporativas contemplam: Riscos Financeiros, Riscos de Crédito, de Investimento, de Compras, Riscos de Mercado de Energia, Riscos Operacionais de Transações de Mercado, de Seguros, Risco Reputacional, TI, Cibersegurança, Ações em Tesouraria e Saúde e Segurança no Trabalho.

No início de 2022, as 16 políticas vigentes foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, tendo seus limites e referências atualizadas.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo é estabelecer as diretrizes, princípios e responsabilidades para a gestão de riscos, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

De forma complementar, as políticas de risco para os negócios e as políticas corporativas de risco definem regras, procedimentos, níveis de exposição, indicadores e limites de risco específicos, conforme descrito a seguir.

- Política de Risco de Mercado de Energia: estabelece os princípios e diretrizes para controle e gestão dos riscos de mercado de energia nas atividades de Geração, Distribuição e Comercialização de energia, tanto no mercado regulado quanto no mercado livre, sobre atualização periódica das variáveis para determinação da demanda de energia, ao cumprimento dos limites regulatórios do nível de contratação de energia, ao controle da exposição a preço das geradoras no caso de indisponibilidade, falta de lastro e risco hidrológico.
- Política de Risco de Crédito: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão de risco de crédito de todas as transações sujeitas a exposição junto a contrapartes que possa gerar perdas no caso de descumprimento de obrigações contratuais, com destaque para contrapartes em operações financeiras e contrapartes comerciais, em especial nos negócios de comercialização e geração, bem como junto a seguradoras, prestadores de serviço e fornecedores. Estabelece, ainda, regras sobre limites para cada contraparte de acordo com a sua capacidade de crédito, garantias, recuperação de valores vencidos, diversificação de contrapartes.
- Política de Riscos Financeiros: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão de riscos de financeiros, com destaque para regras e limites sobre mitigação de risco cambial e de taxas de juros, instrumentos para gestão de liquidez e solvência, avaliação de hedges naturais, diversificação de instrumentos de dívida, volume de caixa mínimo e utilização de instrumentos derivativos.
- Política de Seguros: estabelece os princípios e diretrizes para controle e gestão de seguros com o objetivo de mitigar a exposição do grupo Neoenergia contra os seus riscos operacionais, de construção, cibernéticos e de responsabilidade civil.
- Política de Risco Operacional em Transações de Mercado: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos operacionais de todas as transações de mercado relacionadas à gestão de energia e de tesouraria do Grupo Neoenergia, que possam gerar prejuízos econômicos diretos ou indiretos resultantes de procedimentos internos inadequados, falhas tecnológicas, eventos externos ou internos, erro humano ou fraude em operações de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Política de Investimentos: estabelece os princípios e diretrizes para análise, acompanhamento, controle da gestão dos riscos associados dos novos projetos de investimento e desinvestimento do grupo Neoenergia.
- Política de TI: define a gestão integrada que permite um enfoque tecnológico global e procura assegurar uma adequada gestão das tecnologias de informação e os riscos associados, impulsionando a criação de valor por meio de um uso efetivo e inovador das tecnologias de informação e a satisfação dos usuários internos e externos com o nível de compromisso e os serviços proporcionados, mantendo um equilíbrio entre a geração de benefícios, a otimização dos níveis de risco e o uso eficiente dos recursos.
- Política de Cibersegurança: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos derivados de ameaças e vulnerabilidades dos sistemas de controle ou sistemas de informação e comunicações do Grupo Neoenergia ou de qualquer outro ativo que faça parte da ciberinfraestrutura do grupo, incluindo os ativos de informação.
- Política de Risco Reputacional: estabelece os princípios e o marco para gestão do risco de reputação, com potencial impacto negativo no valor do grupo Neoenergia devido à conduta, comportamento e posicionamento da empresa em desacordo com as expectativas criadas pelos diversos grupos de interesse.
- Política de Compras: estabelece o controle e gestão dos riscos associados aos processos de compras em geral, incluindo o risco crédito, do negócio, regulatório, operacional, reputacional e cibersegurança em todo o grupo Neoenergia, com especial ênfase no cumprimento dos compromissos éticos e de sustentabilidade do grupo, relacionados aos seus fornecedores. Adicionalmente, atribui as responsabilidades e a delegação de autoridade em cada etapa do processo de compras, garantindo uma segregação adequada de funções e o pleno respeito da organização corporativa.
- Política de Ações em Tesouraria: estabelece os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e a gestão de riscos das operações com ações de emissão da Neoenergia, realizadas diretamente pela Companhia.
- Política de Saúde e Segurança no Trabalho: estabelece os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e a gestão de riscos de saúde e segurança. Esta política enfatiza o quão importante são a saúde e segurança dos colaboradores, baseando-se em alguns princípios básicos: saúde e segurança devem ser prioridade, conscientização de todos os colaboradores sobre saúde e segurança no trabalho, vigilância contínua e adequação do colaborador no seu posto de trabalho, melhoria contínua, com obtenção e manutenção de certificações relacionadas à saúde e segurança, cumprimento dos marcos legislativo, laboral, tecnológico, além de normativos internos, exigência do cumprimento das normas de saúde e segurança estabelecidas pelo grupo Neoenergia por parte dos contratados terceirizados e fomentar a cultura de prevenção, adotando as melhores práticas internacionais.
- Política de Riscos do Negócio Liberalizado: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de geração térmica e comercialização de energia, com destaque para diretrizes específicas de risco em gestão de energia no ambiente de contratação livre. Estabelece ainda limites e regras para mitigação do risco hidrológico, risco financeiro e de volume para a exposição do portfólio de energia do grupo.
- Política de Risco para o negócio de Redes: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de distribuição e transmissão de energia, com destaque para diretrizes específicas e limites de risco relacionadas ao nível de contratação de energia, aos índices dos processos de unitização, investimentos e gastos para eficiência na revisão e reajuste tarifário, ao índice de inadimplência e perdas, ao volume de investimentos, à qualidade do serviço, operação e manutenção da rede e à gestão de empresas prestadoras de serviços, dentre outros.
- Política de Risco do Negócio de Renováveis: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de geração de energia renovável, com destaque para diretrizes específicas de risco em gestão de energia nos ambientes de contratação livre e regulado, em operação e manutenção e em novos investimentos, índices de disponibilidade, ressarcimento, variabilidade dos recursos, revisão de garantia física, dentre outros.

Riscos para os quais se busca proteção

i. Riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos para os quais a Companhia pode estar exposta e busca gerir e mitigar envolvem:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- **Negócio:** Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à incerteza das variáveis intrínsecas aos negócios, como por exemplo, o balanço de oferta/demanda de energia elétrica, a hidrologia e a estratégia dos demais agentes.
- **Financeiro:** Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à exposição a variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de câmbio, taxas de juros, preços de commodities, preços e taxas de ativos financeiros, dentre outros.
- **Mercado de Energia:** entendido como a exposição dos resultados e patrimônio do grupo às variações de preços e de outras variáveis de mercado, como por exemplo, movimentos adversos nos preços de energia no curto e longo prazo e aos efeitos de outros fatores e riscos que impactem os preços de energia;
- **Crédito:** Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido ao não cumprimento de obrigações financeiras e contratuais de contrapartes, como inadimplência ou não performance dos contratos existentes;
- **Governança:** Perseguir o atingimento dos objetivos corporativos e a maximização, de forma sustentável, de seu valor econômico no longo prazo, em conformidade com seu interesse corporativo, sua cultura e visão corporativas, levando em conta o interesse legítimo, público ou privado, que permeia todas as atividades de negócio, particularmente entre os diferentes grupos de interesse como as comunidades e territórios onde atua a Companhia e seus profissionais. Para tanto, é imprescindível o cumprimento de um sistema de governança corporativa, integrando os Estatutos Sociais, propósito e valores do grupo Neoenergia, o Código de Ética, Políticas Corporativas e as normas de governança corporativa, aprovados pelos órgãos competentes das companhias, e alinhado às melhores práticas de mercado para governança.
- **Regulatórios e políticos:** Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças e descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude.
- **Operacionais, tecnológicos, ambientais, sociais e legais:** Possibilidade de ocorrência de perdas econômicas ou financeiras, diretas ou indiretas, resultantes de processos internos inadequados, falhas tecnológicas, erros humanos, de sistemas ou ainda de certos eventos externos, incluindo o impacto econômico, social, ambiental e reputacional, bem como o risco legal e de fraude. Esses riscos incluem ainda aqueles associados à tecnologia da informação e à segurança cibernética, bem como risco de obsolescência tecnológica, dentre outros.
- **Reputacionais:** potencial impacto negativo no valor do grupo Neoenergia devido à conduta, comportamento e posicionamento da empresa em desacordo com as expectativas criadas pelos diversos grupos de interesse, incluindo os comportamentos ou condutas relacionadas à corrupção.

A Companhia, na gestão do negócio, analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com sua Política Geral de Gestão de Risco Corporativo e demais políticas aplicáveis.

Além disso, também se considera como mecanismos de proteção quanto aos riscos descritos no item 4.1 o monitoramento periódico dos limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração, a execução e acompanhamento das ações contínuas e dos planos de mitigação dos riscos a avaliação de risco de fornecedores e, ainda o reporte periódico de tais informações aos fóruns competentes, com destaque para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria e os demais comitês ou comissões relacionadas à atividade de gestão de riscos na Companhia.

ii. Instrumentos utilizados para proteção

A gestão e mitigação dos riscos é resultado do processo de identificação dos riscos que é realizado junto às áreas responsáveis, Planos de Longo Prazo e Objetivos Corporativos da Companhia.

Após sua identificação, os riscos são classificados de forma padronizada de acordo com as seguintes características: categoria; relevância; evolução em relação ao período anterior; descrição dos fatores de risco; horizonte de tempo; impacto; probabilidade de ocorrência; e 'dono' do risco.

Com a identificação e classificação dos riscos, são discutidos e propostos indicadores, ações de mitigação, planos de ação e os respectivos responsáveis. A consolidação dessas informações compõe o mapa de riscos, encaminhado para apreciação da Diretoria, periodicamente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Superintendência de Gestão de Riscos tem a função de monitorar a evolução, os impactos e a probabilidade de ocorrência dos riscos, o que inclui o acompanhamento das ações de mitigação e planos de ação.

O Conselho de Administração aprova anualmente os limites de riscos que são parte integrante das políticas de risco aprovadas para a Companhia.

Especificamente em relação à eventual exposição a situações que infrinjam a legislação anticorrupção ou de combate à lavagem de dinheiro, em virtude das relações da Companhia com autoridades, órgãos reguladores e a administração pública em geral, a Companhia conta com um programa de integridade, aplicado irrestritamente a todas as empresas do grupo Neoenergia, mantido e gerido por uma Superintendência de Compliance corporativa, subordinada hierarquicamente ao Conselho de Administração da Neoenergia, por meio do Comitê de Sustentabilidade, dotada de independência e autonomia, responsável por estabelecer medidas de prevenção a riscos de corrupção e prática de atos ilícitos, bem como ações de reação a situações de não conformidade porventura identificadas. Dentre essas medidas e ações destacam-se:

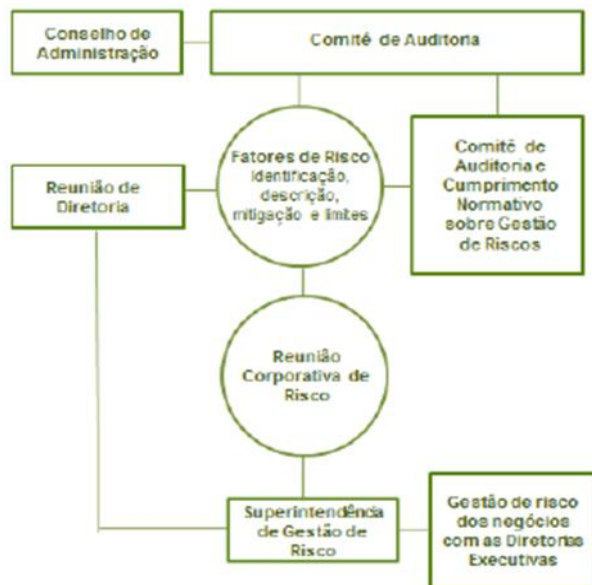
- Disponibilização para todos os colaboradores e executivos de todos os documentos de integridade (Código de Ética, políticas e procedimentos de integridade e de combate à corrupção)
- Treinamentos de executivos e colaboradores sobre o Código de Ética, Política contra a Corrupção e a Fraude e Política de Prevenção de Delitos, bem como comunicações internas, com o objetivo de fortalecer uma cultura de integridade e de tolerância zero em relação à corrupção e atos ilícitos. Vide mais informações sobre o treinamento para liderança de colaboradores no item 5.6 deste Formulário de Referência.
- Avaliação de riscos de corrupção e prática de delitos, envolvendo a identificação, qualificação, mitigação e monitoramento dos riscos de compliance a que a empresa e suas controladas estão expostas;
- Processos de due diligence de fornecedores e em doações e patrocínios;
- Processos de avaliação de risco de compliance em operações de M&A.
- Procedimentos específicos para relacionamento com agentes públicos, conforme disciplinado na Norma de Relacionamento com o Poder Público;
- A Companhia possui um canal de denúncias, anônimo e independente, gerido externamente por empresa especializada, que pode ser utilizado por todos os profissionais do grupo Neoenergia e pelo público externo, e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias ao Código de Ética, às políticas de integridade e à lei;
- Procedimentos de investigação: A Companhia possui uma estrutura para identificar condutas irregulares e proceder com as investigações para apurar os fatos, bem como para aplicar eventuais medidas disciplinares cabíveis, além de recomendar aprimoramentos nos processos para a eliminação de não conformidades;
- Canal de consultas éticas para colaboradores: Ferramenta disponível para esclarecer rapidamente as dúvidas de todos os profissionais da Companhia relacionadas à aplicação do Código de Ética e demais documentos de integridade;
- Cláusula anticorrupção e procedimentos de due diligence de fornecedores: Além do Código de Ética, a Companhia também adota um modelo de cláusula anticorrupção para seus contratos e procedimentos de due diligence de integridade para relacionamento com fornecedores, por meio do preenchimento de Questionário de Integridade, pesquisas e reputacionais e classificação de risco, conforme estabelecido na Política de Compras e no Procedimento de Due Diligence de Fornecedores.

A Auditoria Interna realiza uma supervisão independente e objetiva de avaliação, destinada a agregar valor e melhorar as operações da organização, por meio do aprimoramento dos instrumentos destinados à gestão de riscos, controles internos, compliance e processos de governança.

iii Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de risco da Neoenergia conta com estrutura corporativa:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos



- Conselho de Administração: responsável pela aprovação da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo e suas atualizações; pela aprovação das Políticas Específicas de Gestão de Riscos e seus respectivos limites de risco; e pelo acompanhamento periódico da evolução dos indicadores de risco.
- Comitê de Auditoria: responsável por análises, recomendações e acompanhamento da evolução dos indicadores de risco a fim de suportar as decisões do Conselho de Administração;
- Reunião de Diretoria: responsável pela aprovação dos mapas de riscos estratégicos; pela gestão e acompanhamento da evolução dos indicadores de risco; por garantir o alinhamento entre a estratégia organizacional e a gestão de riscos; pela integração da gestão de riscos aos objetivos estratégicos das Companhias e dos negócios do Grupo.
- Reunião Corporativa de Risco: fórum responsável pela exposição dos fatores riscos, avaliação dos mapas de riscos estratégicos, acompanhamento dos limites, indicadores e plano de ação.
- Superintendência de Gestão de Riscos: reporta-se ao Diretor de Finanças e é responsável por atualizar, coordenar e implantar as políticas de gestão de riscos; elaborar os mapas de riscos estratégicos em conjunto com os pontos focais dos riscos; definir, acompanhar e controlar os indicadores, limites e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e corporativas; elaborar os relatórios de acompanhamento para a Diretoria, Comitê de Auditoria e para o Conselho de Administração; buscar melhorias contínuas do processo de gestão de riscos e disseminar a cultura de gestão de riscos na Companhia e suas controladas.
- Áreas de negócios e corporativas: responsável por auxiliar na elaboração dos mapas de riscos estratégicos; pela proposta, acompanhamento e cumprimento dos indicadores e limites de riscos estabelecidos; pela proposta, execução e controle dos planos de ação e estratégias de mitigação de riscos conforme aprovações das alçadas competentes; por agir proativamente na gestão e mitigação dos riscos, assegurando o papel da área de negócio como a primeira linha de defesa na gestão e controle dos riscos; pelo acompanhamento constante das condições externas de forma a antecipar e mitigar riscos que possam gerar impactos negativos para a Companhia e para o grupo.

Adicionalmente, a gestão de risco corporativo é complementada pela estrutura organizacional de Governança, Riscos, Compliance e Controles Internos da Companhia, que inclui:

- 1) As superintendências de Auditoria Interna, de Compliance e de Controles Internos do Grupo e de suas Companhias, que garantem o monitoramento sistemático do cumprimento das políticas e estratégias estabelecidas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Estas superintendências, em conjunto com Gestão de Risco Corporativo e as áreas de negócios e corporativas, complementam e fortalecem a estrutura de gerenciamento de riscos criando três linhas de defesa:



Neste modelo, as áreas de Negócio são a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos; as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecidas pelo Conselho de Administração (Risco Corporativo, Controles Internos e Compliance) são a segunda linha de defesa; e a avaliação independente feita pela Auditoria Interna é a terceira linha de defesa.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração entende que sua estrutura operacional está adequada para garantir o cumprimento das diretrizes da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo, além de considerá-la alinhada às melhores práticas de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A gestão dos riscos permeia todos os níveis hierárquicos do grupo Neoenergia e envolve a superintendências Auditoria Interna, Controles Internos e Compliance, além de todas as áreas de negócios ou corporativas definidas como responsáveis por cada risco mapeado.

Cabe destacar ainda que Auditoria Interna é responsável por verificar o cumprimento das políticas e demais normativos da Companhia associados ao plano anual de trabalhos, que se baseia em riscos. O plano anual de trabalhos da Auditoria Interna é referendado pelo Comitê de Auditoria da Neoenergia visando apoiar a realização dos objetivos estratégicos da Companhia e é posteriormente aprovado pelo Conselho de Administração, incluindo tópicos e normativos relacionados à gestão de riscos, tais como:

- Auditoria sobre os controles de monitoramento dos limites e indicadores das políticas de riscos;
- Auditorias anuais relativas ao cumprimento do Código de Ética;
- Revisão semestral do funcionamento dos controles mais críticos do Sistema de Controle Interno sobre a Informação Financeira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 - Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

Até a publicação deste Formulário de Referência todas as Políticas citadas tiveram suas revisões aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2022.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. Riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia está exposta ao comportamento de diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa e o balanço patrimonial principalmente:

- Risco de instabilidade cambial e de flutuação de preço de commodities: o grupo possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e outras despesas e receitas indexadas à moeda estrangeira e/ou preço de commodities. A exposição relativa à captação desses recursos é coberta pela utilização de instrumentos derivativos de proteção econômica e financeira contra a variação cambial.
- Risco de inflação: Conforme mencionado no item 4.1, a elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar, em última instância, a elevação das tarifas de energia elétrica e o consequente aumento da inadimplência. Além da elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. Entretanto, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.
- Risco de variação nas taxas de juros: A Companhia busca manter o equilíbrio entre ativos e passivos indexados a taxas de juros, mantendo uma proteção natural entre seus empréstimos e financiamentos e suas aplicações financeiras e priorizando índices de menor volatilidade histórica.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos, que tem o propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a fatores que possam afetar suas operações e sua posição financeira.

As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge;
- O risco de câmbio e de preço de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser protegidos por meio de operações de hedge cambial, cuja estratégia será avaliada caso a caso;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável. A Afluente T não possuía instrumentos de hedge em 31 de dezembro de 2021, por não possuir exposição aos riscos de mercado.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

As operações seguem periodicamente a governança da Companhia, sendo avaliadas e reportadas ao Comitê Financeiro e aprovadas pelo Conselho de Administração, de acordo com a regra de alçadas.

Com o objetivo de verificar o enquadramento ou desenquadramento do risco de variação cambial e risco de taxas de juros e índices de preços, conforme mencionado no item 4.2 deste Formulário de Referência, é realizado o monitoramento da razão entre o valor nominal da exposição pelo valor nominal do hedge de forma a se obter o índice próximo de 100%.

Dentre os parâmetros utilizados para verificar o enquadramento das estratégias de mitigação adotadas, destacam-se: i) a verificação da execução dos programas de hedge conforme aprovação; ii) a verificação do alinhamento entre os fluxos de caixa do item protegido e do instrumento de hedge, principalmente os montantes e respectivos vencimentos; iii) a atualização periódica das exposições estimadas para evitar risco de *overhedge*.

Por fim, a Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

O grupo Neoenergia não opera instrumentos financeiros derivativos para fins que não sejam de proteção (hedge). A Política de Riscos Financeiros proíbe a utilização de derivativos para fins especulativos, bem como a contratação de derivativos exóticos ou alavancados.

A utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger ativos e passivos relevantes da empresa, em especial passivos contratados em moedas estrangeiras, a variações dessas moedas ou taxas de juros estrangeiras.

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de controle e gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é corporativa e composta por: Conselho de Administração, Comitê Financeiro, Diretoria Executiva, Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, Superintendência de Gestão de Riscos, além das estruturas de Auditoria Interna, Compliance e de Controles Internos.

O Comitê Financeiro, integrado por representantes dos acionistas, tem como principais competências acompanhar a evolução dos indicadores e situação financeira da Companhia, avaliar as premissas do Plano Financeiro Anual, acompanhar as premissas e resultados da carteira de aplicação e de dívida, bem como avaliar e recomendar alternativas para otimização de gestão de recursos e todas as operações financeiras de competência do Conselho de Administração.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Norma de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia, e normalmente envolvem a Diretoria Executiva e demais alçadas competentes, conforme aplicável.

É responsabilidade da Superintendência de Gestão de Riscos definir as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa de Finanças e Tesouraria é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos do Grupo Neoenergia.

Além disso, a gestão de riscos de mercado faz parte de toda a estrutura de gestão de riscos e controles descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, que inclui responsabilidades bem definidas para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Superintendência de Gestão de Riscos, além da estrutura de linhas de defesa que conta a participação das áreas de negócio e corporativas e de Controles Internos, de Compliance e de Auditoria Interna.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Auditoria Interna está estruturada para testar o cumprimento das diretrizes e políticas, enquanto a área de Controles Internos está estruturada para garantir o controle dos riscos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, onde ocorre a divulgação específica das estratégias envolvendo derivativos. Além disso, auxilia as áreas de negócio na identificação da necessidade de criação e melhoria de controles, bem como a eficiência e eficácia dos processos administrativos e operacionais. Os resultados dessas auditorias são reportados diretamente ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da Neoenergia e ao Conselho de Administração da empresa.

O Comitê de Auditoria da Neoenergia, controlador do Emissor, tem como objetivo assegurar que as atividades da auditoria interna estejam alinhadas com os objetivos da Companhia, por meio da definição de diretrizes políticas de atuação e aprovação do plano de auditoria. Também compete ao Comitê a revisão das deficiências de Controle Interno apontadas nos relatórios de auditoria e a análise das medidas de correção adotadas, bem como acompanhamento e atuação na regularização dos pontos de auditoria.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos do Grupo Neoenergia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

A Companhia possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria Executiva de Controle Patrimonial e Planejamento. Juntamente com três outras Superintendências: Riscos, Compliance e Auditoria Interna atua nas tratativas dos temas correlatos.

A Companhia implementou e mantém um ambiente de controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, adotando como principal referência o modelo do COSO 2013 – Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission. Tal referência é utilizada no âmbito de todas as empresas do grupo, considerando a análise de materialidade das demonstrações financeiras e os princípios básicos de governança corporativa

O ambiente de controles internos é suportado por sistemas, os quais proporcionam maior segurança e confiabilidade aos processos. Dentre os diversos sistemas periféricos que também possuem controles automatizados implementados, destacamos o sistema de gestão SAP-R3 com seus módulos principais e o SAP-BPC responsável pela consolidação das contas contábeis, que gerenciam um número elevado dos controles automatizados. Para assegurar a adequada segregação de função e as premissas de aprovação adotadas pela Administração, a Companhia possui a norma de limites e alçadas documentada e implementada no sistema SAP R3.

Os perfis de acesso estão parametrizados no sistema SAP, e os conflitos mapeados e controlados por meio de ferramenta específica SAP-GRC.

Para a criação, liberação e alteração de perfil, existe um fluxo de aprovação envolvendo os líderes de área, proprietários das informações, usuários chave, Controles Internos e TI.

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Superintendência de Controles Internos do Grupo tem a atribuição de auxiliar a Administração no desenho e implantação dos controles sobre os relatórios financeiros, seguindo as melhores práticas de mercado.

Para tanto, foi elaborada uma metodologia e regimento de trabalho visando envolvimento das áreas de negócio, padronização e qualidade dos trabalhos desenvolvidos. Os controles internos do Grupo sobre os relatórios financeiros destinam-se ao oferecimento de garantias com relação à preparação e à apresentação adequada das demonstrações financeiras publicadas. Assim como ocorre em qualquer sistema de controles internos e devido às suas limitações inerentes, o controle interno sobre os relatórios financeiros eventualmente poderá não impedir ou detectar declarações inverídicas.

Com relação aos controles para assegurar a confiabilidade dos números financeiros, o Grupo adota em seu modelo de controles internos as referências do COSO 2013, utilizando ferramenta de apoio informatizada e online para sua documentação,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

monitoramento e certificação das informações financeiras e controles, conferindo transparência e confiabilidade aos números da Companhia. Além dos controles para confiabilidade dos números financeiros, são realizados diversos trabalhos de mapeamento de processos e desenho de controles, visando à melhoria contínua e a maior confiabilidade dos processos.

O sistema de controles internos está em constante evolução, acompanhando e sendo atualizado de acordo com as principais mudanças ocorridas no Grupo ou novas práticas apontadas pelo mercado.

A efetividade dos controles internos é testada pela área de Auditoria Interna do Grupo. Os testes são realizados seguindo a metodologia estabelecida pela Auditoria Corporativa do Grupo Neoenergia. Os resultados destes testes contribuem para o fortalecimento da eficiência dos controles, confiabilidade e integridade da informação financeira, bem como para a disseminação da importância destas ações dentro da organização.

Os resultados destes testes contribuem para o fortalecimento da eficiência dos controles, confiabilidade e integridade da informação financeira, bem como para a disseminação da importância destas ações dentro da organização.

Em 2022 a Companhia inicia o desenvolvimento do modelo de controles Internos para suportar a geração e divulgação das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade. O modelo, estrutura e ferramenta, serão similares aos utilizados para as informações financeiras.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

No Companhia, a avaliação dos controles internos é conduzida por meio de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Superintendências de Controles Internos, Riscos e Compliance, além da Auditoria Interna e áreas de negócio. Compete ao Conselho de Administração ter ciência das deficiências significativas e fraquezas materiais encontradas no ambiente de controles internos do Grupo validando as ações cabíveis para mitigação das deficiências encontradas.

Cabe ao Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, em especial ao Comitê de Auditoria, assessorar o Conselho de Administração, principalmente nos seguintes temas referentes ao ambiente de controle: (i) acompanhamento da implantação e execução de controles para mitigação dos riscos de negócio; (ii) acompanhamento da implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes; (iii) ter conhecimento dos trabalhos conduzidos pela área de Compliance relacionados com eventuais condutas financeiras irregulares ou indevidas e, (iv) aprovação do plano de trabalho da Auditoria Interna. Ao Comitê de Sustentabilidade compete a supervisão das atividades da Superintendência de Compliance em relação ao cumprimento normativo e condução do Sistema de Compliance, bem como avaliação do plano de trabalho desta Superintendência.

A Diretoria Executiva, em relação ao ambiente de controle, tem como principais atribuições: ter ciência, propor e/ou autorizar e acompanhar a implantação e execução

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

dos controles para mitigação dos riscos de negócio, e acompanhar a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes.

A Companhia possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria de Controle Patrimonial e Planejamento e comunica mensalmente a alta administração uma síntese do ambiente de controle do Grupo. Existem ainda três outras Superintendências, as quais sejam, (i) Riscos, que se reporta à Diretoria Executiva de Finanças e Relações com Investidores, (ii) Compliance, que se reporta ao Conselho de Administração, por intermédio do Comitê de Sustentabilidade e (iii) Auditoria Interna, que também se reporta ao Conselho de Administração, sendo que tais Superintendências atuam em conjunto para as tratativas dos temas correlatos. Abaixo estão listadas as principais atribuições de cada uma.

Superintendência de Controles Internos: (i) elaborar e executar o plano de trabalho de mapeamento de processos, identificar riscos e desenhar controles para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e não financeiras; (ii) promover semestralmente por parte da alta administração, certificação formal dos números contábeis divulgados ao mercado. (iii) acompanhar a evolução do ambiente de controle da Companhia, monitorando a implantação e execução dos controles e, (iv) reportar trimestralmente o status de controle à Diretoria Executiva e aos órgãos de assessoramento do Conselho de Administração por meio de relatórios e apresentações.

Superintendência de Gestão de Riscos: (i) conduzir o processo de elaboração e atualização do mapa de riscos estratégicos da Companhia em conjunto com os pontos focais dos riscos, recomendando ações mitigatórias; (ii) acompanhar e controlar os indicadores, limites e planos de ação para os riscos identificados; (iii) buscar melhorias contínuas no processo de gestão de riscos; (iv) suportar o processo de atualização das políticas de riscos, e (v) disseminar a cultura de gestão de riscos na Companhia e nas suas controladas.

Superintendência de Compliance: (i) elaborar e manter o programa de integridade em conformidade com o Sistema de Compliance da Neoenergia; (ii) avaliar as violações ao Código de Ética e demais normativos de compliance; (iii) elaborar políticas e normas de compliance, (iv) identificar e conduzir ações de mitigação para os riscos de corrupção e fraude na Companhia, v) avaliar riscos e aspectos reputacionais de fornecedores e executivos; vi) conduzir processos de certificação e validações externas do Programa de Integridade, em alinhamento com as melhores práticas de compliance; vii) elaborar o relatório anual das atividades de Compliance e prevenção de delitos e viii) Desenvolver programas de formação e comunicação sobre ética empresarial para colaboradores e executivos, com o objetivo de fortalecer a cultura de integridade.

Superintendência de Auditoria Interna: dentre outras atribuições, (i) planejar e executar o plano anual de trabalho, recomendando controles para o tratamento dos gaps identificados; (ii) monitorar e reportar para a Diretoria Executiva e comitês de assessoramento do Conselho de Administração sobre o acompanhamento e a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes; (iii) elaborar o relatório anual de atividades de Auditoria Interna; (iv) estabelecer diretrizes sobre requisitos de qualidade e promoção de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

certificações globais, promovendo avaliações periódicas da área de Auditoria Interna e, (v) definir as linhas estratégicas e o dimensionamento da função de Auditoria Interna no âmbito do grupo Neoenergia.

Cabe às áreas de negócio participarem do desenho dos controles, implementá-los e executá-los.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Superintendência de Controles Internos reporta diretamente para o Diretor de Controle Patrimonial e Planejamento e tem a função de monitorar a implementação de controles sobre as informações financeiras e não financeiras, bem como a execução e qualidade das evidências dos mesmos na Companhia. Os planos de ação para mitigação de riscos são propostos pelo Diretor de Controle Patrimonial e Planejamento em conjunto com as áreas de negócio e aprovados pela Diretoria Executiva.

Além disso, a evolução da implementação dos planos de ação é acompanhada mensalmente pela Diretoria Executiva e pelo Comitê de Auditoria por meio do reporte feito pela Superintendência de Controles Internos.

As informações apresentadas à Administração sobre o ambiente de controle demonstram principalmente: (i) percentual de controles implementados e não implementados durante as fases dos projetos de expansão da metodologia aos demais negócios; (ii) percentual de controles executados fora do prazo; (iii) controles executados como não satisfatórios e, (iv) controles com evidências inadequadas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

De acordo com o relatório preparado e encaminhando por nossos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas melhorias e deficiências.

A Auditoria Interna realiza avaliações sobre a eficácia dos controles internos baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização. Os resultados dessas avaliações são reportados à alta administração e ao Comitê de Auditoria.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não houve apontamentos significativos no processo de auditoria no exercício de 2021. Entretanto, todos os pontos de melhoria identificados nos trabalhos dos Auditores Independentes foram direcionados pela Administração, e o tratamento está sendo realizado pelas áreas de negócio com o acompanhamento da Superintendência de Controles Internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo Grupo Neoenergia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia dispõe de um conjunto normativo que integra seu Programa de Integridade que, baseado no Sistema de Compliance do Grupo Neoenergia, lhe permite prevenir, detectar e sanar condutas inadequadas por parte de seus colaboradores, bem como educá-los e treiná-los para o fortalecimento de uma cultura de integridade.

Destaca-se nesse conjunto normativo os seguintes documentos:

- Código de Ética;
- Política Geral de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
- Política Contra a Corrupção e a Fraude;
- Política para a Prevenção de Delitos;
- Manual de Brindes, Presentes, Hospitalidades e Vantagens;
- Manual de Doações e Patrocínios;
- Política de Compras;
- Política de Risco Reputacional;
- Norma de Limites e Alçadas;
- Manual de Relacionamento com o Poder Público;
- Norma de aplicação de medidas disciplinares;
- Procedimento para Conflito de Interesse e Operações Vinculadas;
- Procedimento de Due Diligence de Fornecedores;
- Procedimento de Due Diligence de Investimento/Desinvestimento;
- Procedimento de Investigação Interna de Relatos;
- Regimento Interno da Superintendência de Compliance; e
- Norma Básica de Auditoria Interna.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Além dos normativos listados acima, o Grupo Neoenergia e a Companhia dispõem de: 1) sistema de reporte para denúncias associado com equipes para investigação interna; 2) procedimento para consultas, com o objetivo de permitir aos colaboradores esclarecerem dúvidas sobre o Código de Ética e demais normativos de integridade e sua aplicação no dia a dia; 3) questionários de compliance para fornecedores e proponentes de patrocínios; 4) processo de due diligence para avaliação de fornecedores e beneficiários de doações e patrocínios e processo de due diligence para projetos de investimento; 5) avaliação periódica de riscos de compliance e de prática de delitos; 6) treinamentos periódicos gerais sobre Código de Ética e prevenção da corrupção e treinamentos específicos de temas de integridade para equipes e, 7) avaliação de integridade e reputacional para colaboradores em cargo de liderança e de conselhos.

A avaliação de riscos de integridade é efetuada ou revisada periodicamente pela Superintendência de Compliance. O Grupo Neoenergia executa diversas atividades com o objetivo de realizar levantamento de riscos de corrupção e de prática de delitos, e, assim, atuar na prevenção e melhoria de seu programa de integridade, garantindo sua efetividade.

Ademais, o monitoramento das condutas de seus colaboradores, por meio de verificações pontuais, bem como pelo tratamento das informações recebidas nos canais de consultas e denúncias, proporciona uma análise das situações e permitem a propositura e implementação de melhorias de processos e procedimentos.

Quanto às políticas de integridade, estas são revisadas periodicamente, sempre que necessário, considerando o processo de melhoria contínua do Programa de Integridade.

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Para o funcionamento dos mecanismos e procedimentos internos de integridade O Grupo Neoenergia dispõe de uma Superintendência de Compliance, que se reporta ao Conselho de Administração por intermédio de seu Comitê de Sustentabilidade, com independência de atuação e orçamentária, cuja criação foi aprovada formalmente pelo Conselho de Administração, e que tem como principais atribuições: (i) elaborar e manter o programa de integridade, zelando pela efetividade do Sistema de Compliance; (ii) administrar o canal de denúncias e os relatos nele registrados; (iii) investigar e avaliar as violações aos normativos de integridade; (iv) elaborar/revisar políticas e normas de compliance; (v) identificar e conduzir ações de mitigação para os riscos de corrupção e fraude e condutas ilícitas na Companhia; (vi) estruturar e executar treinamentos e comunicações de integridade para os colaboradores da Companhia e, (vii) efetuar due diligences para executivos, conselheiros, fornecedores e em projetos de investimento.

O Grupo Neoenergia dispõe de outros órgãos que tem responsabilidades correlatas com o Programa de Integridade, e que interagem com a Superintendência de Compliance: (i) Superintendência de Controles Internos, (ii) Superintendência de Gestão de Riscos e, (iii) Superintendência de Auditoria, cujas atribuições já foram especificadas no item 5.3, alínea "b".

Também fazem parte da estrutura de monitoramento do funcionamento dos mecanismos e procedimentos de integridade do Grupo Neoenergia os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, em especial o Comitê de Auditoria, cuja atribuição é assessorar o Conselho de Administração, principalmente nos seguintes temas referentes ao ambiente de controle: (i) acompanhamento da implantação e execução de controles para mitigação dos riscos de negócio; (ii) acompanhamento da implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Independentes; (iii) ter conhecimento dos trabalhos conduzidos pela área de Compliance relacionados à eventual fraude contábil ou financeira e, (iv) aprovação do plano de trabalho da Auditoria Interna.

Além disso, a Diretoria Executiva, em relação ao ambiente de controle, tem como principais atribuições: ter ciência, propor e/ou autorizar e acompanhar a implantação e execução dos controles para mitigação dos riscos de negócio, e acompanhar a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pela Superintendência de Compliance e os Auditores Independentes.

b. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Neoenergia possui Código de Ética formalmente aprovado pelo Conselho de Administração, cuja última atualização ocorreu em 15 de julho de 2021.

Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:

O Código de Ética se aplica indistintamente a todos os colaboradores do Grupo Neoenergia, independentemente do cargo, posição hierárquica ou tipo vínculo. Aplica-se também aos seus fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

Se, e com que frequência, os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema:

O Grupo Neoenergia oferece, pelo menos anualmente, treinamentos e realiza ações de comunicação contínuas relacionados à ética, integridade, a seu Código de Ética e práticas anticorrupção para sua liderança e seus colaboradores, por meio dos módulos presenciais (não executados em 2021, por conta da pandemia de COVID 19) e online, sendo alguns deles obrigatórios, tais como: Treinamento de Compliance (Código de Ética e Política Anticorrupção) e Treinamento de integridade no programa de integração de novos colaboradores.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:

O Grupo Neoenergia possui uma estrutura e previsão normativa para identificar desvios de conduta por meio de investigações, bem como para aplicar eventuais medidas disciplinares cabíveis, além de recomendar aprimoramentos nos processos e procedimentos, a fim de se mitigar o risco de novas ocorrências dos fatos apurados. Na Norma de Medidas Disciplinares também está prevista sanção para não realização dos aceites do Código de Ética e políticas de integridade, bem como, a não realização dos treinamentos obrigatórios de compliance. As sanções previstas e que podem ser aplicadas estão definidas em legislação específica (CLT), e vão desde advertência até demissão por justa causa, a depender da gravidade da conduta, ou ainda rescisão do contrato do executivo ou fornecedor, previsto no próprio Código de Ética e na Norma de Medidas Disciplinares.

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A atual versão do Código de Ética do Grupo Neoenergia foi aprovada no Conselho de Administração da Neoenergia em 15 de julho de 2021 e divulgada na rede interna da Companhia e no website da Companhia e das respectivas empresas do Grupo, na página Governança Corporativa – Propósito, Valores e Código de Ética.

<https://www.neoenergia.com/pt-br/governanca-corporativa/sistema-de-governanca-corporativa//Paginas/propósito-valores-codigo-de-etica.aspx>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

c. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros:

A Companhia possui um canal de denúncias externo, de abrangência interna e externa, gerido por empresa especializada contratada.

ii. Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:

O Canal de Denúncias pode ser utilizado por todos os profissionais do Grupo Neoenergia e pelo público externo, e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias ao Código de Ética, às políticas de integridade e à lei.

d. Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé:

O Canal de Denúncias, gerido por empresa especializada seguindo as melhores práticas de mercado, proporciona a preservação da confidencialidade e o anonimato do denunciante. Adicionalmente, o Código de Ética estabelece a regra de não retaliação aos denunciante de boa-fé. A Superintendência de Compliance, que é dotada de autonomia, tem poder para investigar e recomendar medidas disciplinares para eventuais casos de retaliações ou punições contra aqueles que apresentem denúncias ou reclamações.

i. Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias:

A Superintendência de Compliance é o órgão responsável pela gestão de todo o processo de apuração das denúncias, incluindo a realização de investigações.

e. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia possui uma Norma de Investimentos/Desinvestimentos bem como um Procedimento específico de Due Diligence de Investimento/Desinvestimento, com o objetivo de identificar vulnerabilidades em termos reputacionais, de corrupção, lavagem de dinheiro, fraude e prática de delitos no âmbito de processos investimento e desinvestimento da Companhia, o que inclui fusões, aquisições e reestruturações societárias.

f. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos” (redação dada pela Instrução CVM nº 586, de 08 de junho de 2017.)

Todas as alterações de Gestão de Risco foram inseridas nos itens anteriores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6 Outras informações que o emissor julgue relevantes**

A Neoenergia obteve em 2021 o Selo Pró Ética, outorgado pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, pela 4ª vez consecutiva, além de ter mantido sua certificação na Norma ISO 37001 (Gestão de Sistemas Antissuborno), com validade até fevereiro de 2023.

A Companhia, através de sua holding, integra o Grupo de Trabalho de Combate à Corrupção da Rede Brasil do Pacto Global da ONU.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10 - Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com (i) nossas demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Afluente T é uma empresa que atua no setor elétrico na área de Transmissão. A geração de caixa da companhia tem sido suficiente para cobrir as despesas operacionais e o pagamento do serviço da dívida.

Os diretores entendem que a Companhia apresentou, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as atividades da Companhia, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

Exercício findo em 31 de dezembro de

| (Em milhares de R\$, exceto os índices) | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|----------|----------|----------|
| Lucro Líquido | 99.808 | 18.709 | 25.257 |
| EBITDA ⁽¹⁾ | 103.307 | 19.171 | 24.961 |
| Patrimônio líquido | 247.518 | 187.459 | 214.346 |
| Endividamento bruto ⁽²⁾ | 537 | 739 | 1.248 |
| Endividamento líquido ⁽³⁾ | (17.082) | (30.470) | (50.498) |
| Disponibilidades (considera caixas e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) | 17.619 | 31.209 | 51.746 |
| Índice endividamento líquido/endividamento bruto + Patrimônio líquido ⁽⁴⁾ | -0,07 | -0,16 | -0,23 |
| Índice endividamento líquido/EBITDA ⁽⁵⁾ | -0,17 | -1,59 | -2,02 |

(1) EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, conforme alterada ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR. O EBITDA consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"). O EBITDA não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. Não poderá também ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para reconciliação do EBITDA para o lucro líquido, verificar a seção "3.2 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras".

(2) O endividamento bruto refere-se à soma do saldo de empréstimos e financiamentos (incluindo encargos), debêntures e instrumentos financeiros derivativos, líquidos (circulante e não circulante). Para reconciliação do endividamento bruto, verificar a seção "3.2 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras".

(3) O endividamento líquido corresponde ao endividamento bruto deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o endividamento líquido de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Endividamento Líquido é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira. Para reconciliação do endividamento líquido, verificar a seção "3.2 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras".

(4) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pela soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido consolidado.

(5) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021

No âmbito financeiro, a Companhia registrou em 2021, lucro líquido de R\$ 99.808 mil, ou seja, 433% superior ao registrado em 2020. O endividamento bruto da Companhia, incluindo empréstimos e financiamentos (incluindo encargos) e debêntures (circulante e não circulante), atingiu R\$ 537 mil em 31 de dezembro de 2021, apresentando uma redução de R\$ 202 mil em relação a 31 de dezembro de 2020.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020

No âmbito financeiro, a Companhia registrou em 2020 lucro líquido de R\$ 18.709 mil, 25,9% inferior ao registrado em 2019. O endividamento bruto da Companhia, incluindo empréstimos e financiamentos (incluindo encargos) e debêntures (circulante e não circulante), atingiu R\$739 mil em 31 de dezembro de 2020, apresentando uma redução de R\$ 509 mil em relação a 31 de dezembro de 2019.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019

No âmbito financeiro, a Companhia registrou em 2019 lucro líquido de R\$ 25.257 mil, 11,7% superior ao registrado em 2018. O endividamento bruto da Companhia, incluindo empréstimos e financiamentos (incluindo encargos) e debêntures (circulante e não circulante), atingiu R\$1.248 mil em 31 de dezembro de 2019, apresentando uma redução de R\$ 728 mil em relação a 31 de dezembro de 2018.

| Índices de Liquidez | Exercício social findo em | | |
|---------------------------------------|---------------------------|------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Liquidez Corrente | | | |
| (Ativo Circulante/Passivo Circulante) | 5,86 | 7,91 | 18,09 |
| Liquidez Seca | 5,86 | 7,91 | 18,09 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(Ativo Circulante - Estoques/Passivo Circulante)

Considerando que a Afluente T apresenta índices de liquidez compatíveis com o setor, a Diretoria entende que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais para dar continuidade às suas atividades.

Adicionalmente, caso se identifique a necessidade de acessar o mercado para financiar seus investimentos ou para captar recursos para capital de giro, os diretores da Companhia entendem que a Afluente T tem capacidade para contratá-los, visto que atualmente tem acesso a fontes de financiamento para o desenvolvimento de seus negócios.

Outros eventos relacionados a situações não administráveis pela Companhia são comentados nos itens subsequentes, assim como seus potenciais efeitos sobre a liquidez.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Companhia teve a seguinte evolução nos últimos três anos:

| Estrutura de Capital | Exercício Social terminado em | | | | | |
|-----------------------------|-------------------------------|--------|---------|--------|---------|--------|
| | 2021 | | 2020 | | 2019 | |
| | R\$ mil | % | R\$ mil | % | R\$ mil | % |
| Capital de Terceiros | 28.427 | 10,30% | 20.324 | 9,78% | 11.309 | 5,01% |
| Capital Próprio | 247.518 | 89,70% | 187.459 | 90,22% | 214.346 | 94,99% |

Nota: O Capital de Terceiros considera Passivo Circulante e Não Circulante. Capital Próprio considera o valor do Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, a participação de terceiros representava 10,30% do passivo total da Companhia, 1,89% deste valor é referente a sua dívida bruta, refletindo os investimentos em crescimento orgânico, aquisições e instalações de novos equipamentos em unidades existentes.

i. hipóteses de resgate

Não existe hipótese de resgate de ações previstas no Estatuto Social da Companhia.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, pois não existe fórmula de cálculo preestabelecida de cálculo do valor de resgate das ações ou quotas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As dívidas da Companhia têm aval de sua controladora, a Neoenergia S.A. Todos os contratos com cláusulas de covenants estão sujeitos aos índices apurados com base nos dados consolidados do Grupo e esses são apresentados logo abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Valores em R\$ MM

| Indicador | 2021 | 2020 | 2019 |
|-----------------------|----------|----------|----------|
| Dívida Líquida | (17.082) | (30.470) | (50.498) |
| EBITDA | 103.307 | 19.171 | 24.961 |
| Dívida Líquida/EBITDA | -0,17 | -1,59 | -2,02 |

Fonte: DFP

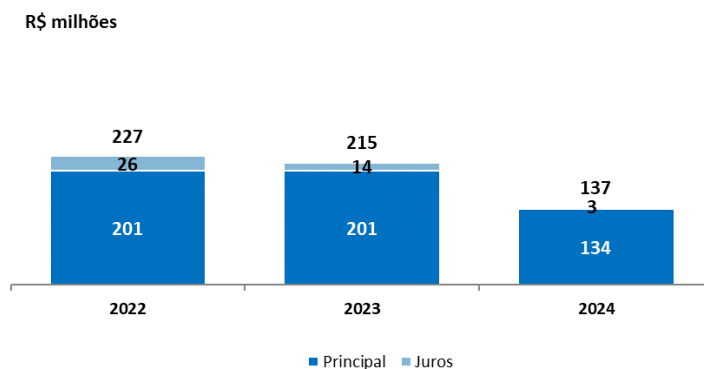
| Indicador | 2021 | 2020 | 2019 |
|-----------------------|------|------|------|
| Dívida Líquida/EBITDA | 3,12 | 2,85 | 3,00 |

Fonte: DFP Neoenergia

Além das fontes de financiamento de mercado, a controladora Neoenergia vem garantindo qualquer eventual necessidade de caixa da Companhia para investimento ou capital de giro.

Cronograma de amortização, com data-base de 31/12/2021

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2021. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.



A Afluente T não tem rating atrelado, por isso apresentamos abaixo o rating do Grupo Neoenergia.

Em 24 de janeiro de 2019, a Standard & Poor's – S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo de Neoenergia e suas subsidiárias, Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro em 'BB' na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, com perspectiva estável, refletindo o rating soberano do Brasil, que limitam os da Neoenergia. Em 10 de dezembro de 2019, a Standard & Poor's – S&P reafirmou os ratings de crédito corporativo da Neoenergia e suas subsidiárias, Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro em 'BB-' na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, alterando a perspectiva de estável para positiva, refletindo o rating soberano do Brasil, que limitam os da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Neoenergia. Nesta mesma data, a S&P reafirmou os ratings de emissão 'brAAA' da Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro, e 'brAA+' da Neoenergia, Calango 6, NC Energia e Termopernambuco.

Em 06 de Abril de 2020, a Standard & Poor's – S&P alterou a perspectiva dos ratings do Brasil na escala global de positiva para estável, refletindo as menores chances de uma elevação ao longo do próximo ano devido ao impacto negativo da pandemia do Covid-19. Além disso, reafirmou os ratings soberanos "BB-" na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil.

Em 30 de março de 2021, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB-" na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

A Diretoria da Companhia entende que possui as condições de geração de caixa, patrimoniais e financeiras suficientes para (i) implementar os seus planos de negócios e investimentos e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

d. As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não circulantes e no capital de giro, a Companhia se utiliza da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros.

A Companhia tem como premissa da sua política financeira buscar diversificar as fontes de financiamento de seus investimentos e capital de giro junto a bancos comerciais, organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do BNDES, BNB, FINEP, BEI, dentre outros. Além dessas fontes, se aplicável e se necessário, a Companhia pode vir a acessar o mercado de capitais doméstico para complementar suas fontes de financiamento. Também faz parte da estratégia acompanhar e ajustar os compromissos financeiros à geração de caixa, evitando dessa forma captações de curto prazo.

Para informações mais detalhadas sobre os contratos relevante financiamento da Companhia utilizadas pela Companhia, vide alínea (f) deste item 10.1.

e. As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não - circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não faz parte da estratégia da companhia acessar fontes de financiamento de capital de giro. Eventualmente pequenas operações podem ser realizadas apenas com o objetivo de equacionamento de fluxo de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

Faz parte da política de riscos financeiros do Grupo Neoenergia, buscar constantemente alongamento de prazo e redução de custos da sua dívida. O percentual de endividamento, considerando o total do passivo circulante em relação ao total do passivo não circulante é demonstrado na tabela a seguir:

| Endividamento | Exercício Social terminado em | | | | | |
|------------------------|-------------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | 2021 | | 2020 | | 2019 | |
| | R\$ mil | % | R\$ mil | % | R\$ mil | % |
| Passivo Circulante | 10.387 | 36,54% | 6.964 | 34,27% | 4.166 | 36,84% |
| Passivo Não Circulante | 18.040 | 63,46% | 13.360 | 65,73% | 7.143 | 63,16% |
| TOTAL | 28.427 | 100,00% | 20.324 | 100,00% | 11.309 | 100,00% |

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta o contrato de financiamento da companhia:

| Credor | Início | Vencimento | Valor principal | Saldo em 31/12/2021 |
|-----------------|-------------|-------------|-----------------|---------------------|
| Banco do Brasil | 2010 a 2014 | 2022 a 2024 | 536 | 537 |

Em 31 de dezembro de 2021, o endividamento da Afluente T apresentava as seguintes características:

A totalidade da dívida da Companhia é atrelada ao BNDES, via Banco do Brasil como banco repassador, e indexada à taxa pré-fixada.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todos os contratos relacionados a empréstimos, financiamentos e debêntures foram descritos acima.

iii. Sobre o grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia possui dívidas, cuja garantia é o aval da Neoenergia. A descrição destas dívidas por natureza de garantia encontra-se conforme indicado no item 3.8 do Formulário de Referência da Companhia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos financeiros do Grupo Neoenergia possuem algumas restrições impostas pelos credores, tais como:

Limite de endividamento:

A maioria dos contratos restringe o endividamento apenas de forma indireta ao exigir o atendimento de certos indicadores financeiros, tais como Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Resultado Financeiro, mas no caso específico da Afluente Transmissão S.A. não existe covenant definido nos contratos de financiamento vigentes firmados pela Emissora.

Distribuição de dividendos:

Algumas dívidas destinadas a financiamento de projetos, tal como dívidas do BNDES, possuem restrições para pagamentos de proventos acima do mínimo legal sem prévia anuência do credor, mas no caso específico da Afluente Transmissão S.A. não existe qualquer restrição para pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório nos contratos de financiamento vigentes firmados pela Emissora.

Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. As dívidas captadas junto ao BNDES não permitem alterações societárias sem prévia anuência.

O Grupo Neoenergia monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. No entendimento da Companhia, as restrições dos últimos três exercícios foram atendidas de forma satisfatória.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os financiamentos foram integralmente utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 2021, 2020 e 2019 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. A Administração apresenta os Balanços Patrimoniais de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 com a demonstração de todas as variações e comentários sobre os itens mais relevantes:

Balanco patrimonial (Valores em R\$ mil)**Análise das principais variações dos ativos:**

| | 2021 | AV | 2020 | AV | 2019 | AV | Variação 2021 x 2020 | | Variação 2020 x 2019 | |
|---|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|-------------------------|------------|-------------------------|-------------|
| Ativo | | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 17.619 | 6% | 31.209 | 15% | 51.746 | 23% | (13.590) | -44% | (20.537) | -40% |
| Contas a receber de clientes | 6.467 | 2% | 4.140 | 2% | 4.706 | 2% | 2.327 | 56% | (566) | -12% |
| Impostos e contribuições a recuperar | 2 | 0% | 2 | 0% | 60 | 0% | 0 | 0% | (58) | -97% |
| Despesas pagas antecipadamente | 198 | 0% | 142 | 0% | 183 | 0% | 56 | 40% | (41) | -23% |
| Concessão do serviço público (ativo contratual) | 36.548 | 13% | 19.367 | 9% | 18.661 | 8% | 17.181 | 89% | 706 | 4% |
| Outros ativos circulantes | - | 0% | 238 | 0% | - | 0% | (238) | -100% | 238 | 0% |
| Total do circulante | 60.834 | 22% | 55.097 | 27% | 75.356 | 33% | 5.737 | 10% | (20.259) | -27% |
| | 5,86 | | 7,91 | | 18,09 | | | | | |
| Não circulante | | | | | | | | | | |
| Impostos e contribuições a recuperar | 333 | 0% | 333 | 0% | 476 | 0% | - | 0% | (143) | -30% |
| Depósitos judiciais | 1.349 | 0% | 1.190 | 1% | 786 | 0% | 159 | 13% | 404 | 51% |
| Concessão do serviço público (ativo contratual) | 210.847 | 76% | 149.752 | 72% | 148.595 | 66% | 61.095 | 41% | 1.157 | 1% |
| Imobilizado | 1.785 | 1% | 1.129 | 1% | 93 | 0% | 656 | 58% | 1.036 | 1114% |
| Intangível | 797 | 0% | 282 | 0% | 349 | 0% | 515 | 183% | (67) | -19% |
| Total do não circulante | 215.111 | 78% | 152.686 | 73% | 150.299 | 67% | 62.425 | 41% | 2.387 | 2% |
| Ativo total | 275.945 | 100% | 207.783 | 100% | 225.655 | 100% | 68.162 | 33% | (17.872) | -8% |

Caixa e equivalentes de caixa

A Afluente T é uma empresa que nos últimos anos seu desembolso de caixa foi superior ao caixa acumulado.

O caixa e equivalentes de caixa, circulante, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$17.619 mil, que representa 6% do total do ativo, apresenta uma redução de 44% (R\$ 13.590 mil), quando comparado a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 31.209 mil), decorrente principalmente de: (i) Dividendos pagos no período no montante de R\$ 39.668 mil; (ii) Caixa oriundos das atividades operacionais no montante de R\$ 27.527 mil; (iii) aquisição de imobilizado e intangível no montante de R\$ 1.248 mil e (iv) amortização do principal de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 201 mil, resultando na redução do caixa no montante de R\$ 13.590 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O caixa e equivalentes de caixa, circulante, em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$31.209 mil, que representa 15% do total do ativo, apresenta uma redução de 40% (R\$ 20.537 mil), quando comparado a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 51.736 mil).

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a principal receita da Companhia foi o recebimento da RAP.

Contas a receber de clientes, circulante, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$6.467 mil, que representa 2% do total do ativo, apresenta um aumento de R\$ 2.327 mil (56%), quando comparado a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.140 mil). Tal variação refere-se a R\$ 1.545 mil de terceiros e R\$ 782 mil a receber de partes relacionadas.

Contas a receber de clientes, circulante, em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$4.140 mil, que representa 2% do total do ativo, apresenta uma redução de R\$ 566 mil (-12%), quando comparado a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.706 mil).

Concessão do serviço público (ativo contratual)

O saldo da concessão do serviço público (ativo contratual), em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 36.548 mil, que representa 13% do ativo, apresenta um aumento de 89% (R\$ 17.181 mil), quando comparado a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 19.327 mil), decorrente, principalmente: da atualização a inflação da RAP (realizada no modelo de cálculo do ativo contratual no montante de R\$ 81.632); da amortização pela RAP no montante de R\$ 20.101 mil; e pela remuneração do ativo contratual no montante de R\$ 16.745 mil.

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Afluente T regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo, enquadram a Companhia nessa norma.

O saldo da concessão do serviço público (ativo contratual), em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 19.367 mil, que representa 9% do ativo, apresenta um aumento de 4% (R\$ 706 mil), quando comparado a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 18.661 mil). Tal variação é explicada pelos seguintes fatores: amortização pela RAP realizada no montante de R\$ 18.661 mil; remuneração do ativo contratual no montante de R\$ 16.535 mil; adições de R\$ 6.188 mil; e pela baixa de ativos indenizáveis no montante de R\$ 2.199 mil.

Análise das principais variações do passivo e patrimônio líquido:

| | 2021 | AV | 2020 | AV | 2019 | AV | Variação 2021 x 2020 | | Variação 2020 x 2019 | |
|--|---------|------|---------|------|---------|------|-------------------------|------|-------------------------|--------|
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | | |
| Fornecedores | 6.867 | 2% | 3.124 | 2% | 2.419 | 1% | 3.743 | 120% | 705 | 29% |
| Empréstimos e financiamentos | 202 | 0% | 203 | 0% | 511 | 0% | (1) | 0% | (308) | -60% |
| Salários e encargos a pagar | 453 | 0% | 563 | 0% | 20 | 0% | (110) | -20% | 543 | 2715% |
| Encargos setoriais | 697 | 0% | 352 | 0% | 67 | 0% | 345 | 98% | 285 | 425% |
| Impostos e contribuições a recolher | 490 | 0% | 317 | 0% | 289 | 0% | 173 | 54% | 28 | 10% |
| Outros tributos a recolher | 810 | 0% | 524 | 0% | 470 | 0% | 286 | 55% | 54 | 12% |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 325 | 0% | 244 | 0% | 125 | 0% | 81 | 33% | 119 | 95% |
| Outros passivos circulantes | 543 | 0% | 1.637 | 1% | 265 | 0% | (1.094) | -67% | 1.372 | 518% |
| Total do circulante | 10.387 | 4% | 6.964 | 3% | 4.166 | 2% | 3.423 | 49% | 2.798 | 67% |
| Não circulante | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 335 | 0% | 536 | 0% | 737 | 0% | (201) | -38% | (201) | -27% |
| Encargos setoriais | 255 | 0% | 672 | 0% | 514 | 0% | (416) | -62% | 158 | 31% |
| Impostos e contribuições a recolher | 9.030 | 3% | 6.173 | 3% | - | 0% | 2.857 | 46% | 6.173 | 0% |
| Impostos e contribuições sociais diferidos | 7.341 | 3% | 5.018 | 2% | 5.151 | 2% | 2.323 | 46% | (133) | -3% |
| Provisões | 789 | 0% | 796 | 0% | 740 | 0% | (7) | -1% | 56 | 8% |
| Outros passivos não circulantes | 290 | 0% | 165 | 0% | 1 | 0% | 125 | 76% | 164 | 16400% |
| Total do não circulante | 18.040 | 7% | 13.360 | 6% | 7.143 | 3% | 4.681 | 35% | 6.217 | 87% |
| Patrimônio líquido | | | | | | | | | | |
| Capital social | 33.085 | 12% | 33.085 | 16% | 33.085 | 15% | - | 0% | - | 0% |
| Reservas de lucro | 199.530 | 72% | 146.639 | 71% | 162.669 | 72% | 52.891 | 36% | (16.030) | -10% |
| Proposta de distribuição de dividendos adicional | 14.903 | 5% | 7.735 | 4% | 18.592 | 8% | 7.168 | 93% | (10.857) | -58% |
| Total patrimônio líquido | 247.518 | 90% | 187.459 | 90% | 214.346 | 95% | 60.059 | 32% | (26.887) | -13% |
| Passivo e patrimônio líquido total | | | | | | | | | | |
| | 275.946 | 100% | 207.783 | 100% | 225.655 | 100% | 68.162 | 33% | (17.872) | -8% |

Fornecedores

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os fornecedores, circulante, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 6.867 mil, que representa 2% do total do passivo e patrimônio líquido, apresenta um aumento de 120% (R\$3.743 mil), quando comparado a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.124 mil), decorrentes da aquisição de materiais e serviços de fornecedores.

Os fornecedores, circulante, em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 3.124 mil, que representa 2% do total do passivo e patrimônio líquido, apresenta um aumento de 29% (R\$705 mil), quando comparado a 31 de dezembro de 2019 (R\$ 2.419 mil).

Impostos e contribuições sociais diferidos

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo de contrato da concessão da Companhia.

A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido sendo assim, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% – imposto de renda e 9% – Contribuição social) sobre a receita bruta, após a aplicação da margem de presunção exigidas pela legislação tributária brasileira.

Os impostos e contribuições sociais diferidos, não circulante, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 7.341 mil, que representa 3% do total do ativo, apresenta um aumento de R\$2.323 mil (46%), quando comparado a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 5.018 mil).

Os impostos e contribuições sociais diferidos, não circulante, em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 5.018 mil, que representa 2% do total do ativo, apresenta uma redução de R\$133 mil (-3%), quando comparado a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 5.151 mil).

Empréstimos e financiamentos

A Companhia possui contrato FINAME firmado em junho de 2010 com o BNDES e o Banco do Brasil, no valor de R\$ 4,2 milhões, taxa de 4,5% a.a. Adicionalmente, a Afluente T em setembro de 2014 contraiu mais um financiamento com o BNDES através de repasse do Banco do Brasil no montante de R\$ 1,6 milhão e taxa de 6% a.a.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 537 mil, que representa 3% do total do ativo, apresenta uma redução de R\$ 202 mil (-27%), quando comparado a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 739 mil).

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 739 mil, que representa 6% do total do ativo, apresenta uma redução de R\$ 509 mil (-41%), quando comparado a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.248 mil).

Dividendos

| | |
|--|------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 125 |
| Dividendos distribuídos | 45.596 |
| Pagos no exercício | (45.477) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 244 |
| Dividendos distribuídos | 27.734 |
| Dividendos intermediários | 12.014 |
| Pagos no exercício | (39.667) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 325 |

A variação ocorrida entre os anos de 2021, 2020 e 2019 deve-se aos dividendos declarados e também ao pagamento de dividendos para os acionistas.

Demonstração do Resultado (Valores em R\$ mil)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | 2021 | | 2020 | | 2019 | | Variação 2021 x 2020 | | Variação 2020 x 2019 | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------------|-------------|----------------------|-------------|
| | R\$ mil | % Receita Total | R\$ mil | % Receita Total | R\$ mil | % Receita Total | R\$ mil | % | R\$ mil | % |
| RECEITA BRUTA | 131.974 | 110% | 42.470 | 118% | 41.866 | 108% | 89.504 | 211% | 604 | 1% |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA | (11.655) | -10% | (6.540) | -18% | (3.245) | -8% | (5.115) | 78% | (3.295) | 102% |
| Receita líquida | 120.319 | 100% | 35.930 | 100% | 38.621 | 100% | 84.389 | 235% | (2.691) | -7% |
| Custo do serviço | (13.665) | -11% | (12.631) | -35% | (13.006) | -34% | (1.034) | 8% | 375 | -3% |
| Lucro bruto | 106.654 | 89% | 23.299 | 65% | 25.615 | 66% | 83.355 | 358% | (2.316) | -9% |
| Despesas com vendas | - | 0% | - | 0% | (95) | 0% | - | 0% | 95 | -100% |
| Outras Receitas/Despesas Gerais e Administrativas | (3.424) | -3% | (4.127) | -11% | (559) | -1% | 703 | -17% | (3.568) | 638% |
| Lucro operacional | 103.230 | 86% | 19.172 | 53% | 24.961 | 65% | 84.058 | 438% | (5.789) | -23% |
| Resultado financeiro | 934 | 1% | 1.264 | 4% | 2.393 | 6% | (330) | -26% | (1.129) | -47% |
| Receitas financeiras | 1.116 | 1% | 1.456 | 4% | 2.585 | 7% | (340) | -23% | (1.129) | -44% |
| Despesas financeiras | (149) | 0% | (188) | -1% | (192) | 0% | 39 | -21% | 4 | -2% |
| Outros resultados financeiros, líquidos | (33) | 0% | (4) | 0% | - | 0% | (29) | 725% | (4) | 0% |
| Lucro antes dos imposto de renda e contribuição social | 104.164 | 87% | 20.435 | 57% | 27.354 | 71% | 83.728 | 410% | (6.918) | -25% |
| Imposto de renda e contribuição social | (4.356) | -4% | (1.726) | -5% | (2.097) | -5% | (2.630) | 152% | 371 | -18% |
| Corrente | (2.033) | -2% | (1.859) | -5% | (2.199) | -6% | (174) | 9% | 340 | -15% |
| Diferido | (2.323) | -2% | 133 | 0% | 102 | 0% | (2.456) | -1847% | 31 | 30% |
| Lucro líquido do exercício | 99.808 | 83% | 18.709 | 52% | 25.257 | 65% | 81.098 | 433% | (6.547) | -26% |

A variação do lucro líquido entre 2021 e 2020 (+R\$ 81,1 milhões) e 2020 e 2019 (-R\$ 6,5 milhões) é devido, principalmente, as variações demonstradas abaixo:

Receita bruta

No exercício de 2021, a principal explicação para o aumento de R\$ 89.504 mil (vs. 2020) foi o reconhecimento da atualização a inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual, no montante de R\$ 81,6 milhões.

No exercício de 2020, a variação de R\$ 604 mil (vs. 2019) é justificada pelo aumento na receita disponibilidade da rede elétrica em R\$ 1,2 milhões, receita de operação e manutenção no montante de R\$ 362 mil e aumento na receita de CCT (contratos de conexão ao sistema de transmissão) em R\$ 425 mil.

Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 11.655 mil, apresentaram um aumento de R\$ 5.115 mil (+78%), quando comparado a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 6.540 mil), explicado pelos seguintes fatores: (i) aumento da dedução com impostos sobre a receita no montante de R\$ 3,4 milhões; (ii) o aumento da dedução da CDE (conta de desenvolvimento energético) no montante de R\$ 655 mil, RGR (reserva global de reversão) no montante de R\$ 145 mil, encargos do consumidor no montante de R\$ 858 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As deduções da receita bruta em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 6.540 mil, apresentam um aumento de R\$ 3.295 mil (+102%), quando comparado a 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.245 mil).

Custo do serviço

O custo do serviço em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 13.665 mil, apresenta um aumento de R\$ 1.034 mil (+8%), quando comparado a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 12.631 mil), detalhado pelos fatores a seguir: (i) redução devido a baixa de ativo indenizável no anterior no montante de R\$ 2,1 milhões; (ii) redução dos custos com pessoal (remuneração, encargos sociais e benefícios) no montante de R\$ 987 mil; (iii) aumento dos custos de com serviços de terceiros no montante de R\$ 2,1 e (iv) redução em material e depreciação no montante de R\$ 200, totalizando uma variação líquida de R\$ 1,2 milhões.

O custo do serviço em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 12.631 mil, apresenta uma redução de R\$ 375 mil (-3%), quando comparado a 31 de dezembro de 2019 (R\$ 13.006 mil), sendo que a principal variação no custo foi: (i) baixa de ativo indenizável no montante de R\$ 2,2 milhões; (ii) aumento dos custos com pessoal (remuneração, encargos sociais e benefícios) no montante de R\$ 2,5 milhões, totalizando uma variação líquida de R\$ 375 mil.

Outras receitas/despesas gerais e administrativas

As outras receitas/despesas gerais administrativas em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 3.424 mil, apresenta uma redução de R\$ 703 mil (-17%), quando comparado a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.127 mil), sendo que a principal variação no custo foi o aumento no grupo de despesa com pessoal no montante de R\$ 725 mil.

As outras receitas/despesas gerais administrativas em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 4.127 mil, apresentam um aumento de R\$ 3.568 mil (+638%), quando comparado a 31 de dezembro de 2019 (R\$ 559 mil), explicado pelo aumento no grupo de despesa com pessoal no montante de R\$ 2,8 milhões; serviços de terceiros no montante de R\$ 843 mil.

Resultado financeiro

No exercício de 2021, houve a redução nas receitas financeiras no montante de R\$ 408 mil, como resultado da redução no saldo de aplicações financeiras e relação ao período anterior.

No exercício de 2020 houve a redução nas receitas financeiras no montante de R\$ 1,1 milhão, como resultado da redução no saldo de aplicações financeiras e relação ao período anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 Comentários dos Diretores sobre:****a. Resultados das operações do emissor, em especial:****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita****2021**

A Afluente T apresenta os resultados a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação:

| Memória de Cálculo | 4T21 | 4T20 | Variação | | 2021 | 2020 | Variação | | Correspondência nas Notas Explicativas |
|---|--------------|--------------|-------------|---------------|---------------|---------------|-------------|-------------|--|
| | | | R\$ | % | | | R\$ | % | |
| (+) Receita líquida | 90,5 | 9,0 | 81,5 | 906% | 120,3 | 35,9 | 84,4 | 235% | Demonstrações de resultado |
| = RECEITA Operacional Líquida | 90,5 | 9,0 | 81,5 | 906% | 120,3 | 35,9 | 84,4 | 235% | |
| (+) Custos de construção | (2,0) | - | (2,0) | 0% | (2,3) | - | (2,3) | 0% | Demonstrações de resultado |
| = MARGEM BRUTA | 88,5 | 9,0 | 79,5 | 883% | 118,0 | 35,9 | 82,1 | 229% | |
| (+) Custos de operação | (5,0) | (6,0) | 1,0 | -17% | (11,4) | (12,6) | 1,2 | -10% | Demonstrações de resultado |
| (+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas | - | (2,1) | 2,1 | -100% | (3,3) | (4,2) | 0,9 | -21% | Demonstrações de resultado |
| = Despesa Operacional (PMSO) | (5,0) | (8,1) | 3,1 | -38% | (14,7) | (16,8) | 2,1 | -13% | |
| (+) PECLD | - | - | - | 0% | - | 0,1 | (0,1) | -100% | Demonstrações de resultado |
| EBITDA | 83,5 | 0,9 | 82,6 | 9178% | 103,3 | 19,2 | 84,1 | 438% | |
| (+) Depreciação | - | - | - | 0% | (0,1) | (0,1) | - | 0% | Nota 22 |
| (+) Resultado Financeiro | 0,4 | 0,1 | 0,3 | 300% | 0,9 | 1,3 | (0,4) | -31% | Demonstrações de resultado |
| (+) IR/CS | (3,0) | (0,3) | (2,7) | 900% | (4,4) | (1,7) | (2,7) | 159% | Demonstrações de resultado |
| LUCRO LÍQUIDO | 80,9 | 0,7 | 80,2 | 11457% | 99,7 | 18,7 | 81,0 | 433% | |

A Margem Bruta da Afluente T no ano alcançou R\$ 118 milhões, aumento de R\$ 82,1 milhões vs. 2020, explicada pela atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

2020

A Afluente T apresenta os resultados a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, refletindo o modelo de negócio das empresas.

| DRE (R\$ MM) | 4T20 | 4T19 | Variação | | 2020 | 2019 | Variação | | Correspondência nas notas explicativas |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--|
| | | | R\$ | % | | | R\$ | % | |
| (+) Receita Líquida | 9,0 | 10,6 | (1,6) | (15%) | 35,9 | 38,6 | (2,7) | (7%) | Demonstração de Resultado |
| Margem Bruta | 9,0 | 10,6 | (1,6) | (15%) | 35,9 | 38,6 | (2,7) | (7%) | |
| (-) Custos de Operação | (6,0) | (6,7) | 0,7 | (10%) | (12,6) | (13,0) | 0,4 | (3%) | Demonstração de Resultado |
| (-) Outras despesas gerais e administrativas | (2,1) | 0,2 | (2,3) | (1.150%) | (4,2) | (0,5) | (3,7) | 740% | Demonstração de Resultado |
| = Despesa Operacional | (8,1) | (6,5) | (1,6) | 25% | (16,8) | (13,5) | (3,3) | 24% | |
| (+) PECLD | - | (0,1) | 0,1 | - | 0,1 | (0,1) | 0,2 | - | Demonstração de Resultado |
| EBITDA | 0,9 | 4,0 | (3,1) | (78%) | 19,2 | 25,0 | (5,8) | (23%) | |
| (-) Depreciação | - | - | - | - | (0,1) | - | (0,1) | - | Demonstração de Resultado |
| (+) Resultado Financeiro | 0,1 | 0,7 | (0,6) | (86%) | 1,3 | 2,4 | (1,1) | (46%) | Demonstração de Resultado |
| (-) IR CS | (0,3) | (0,5) | 0,2 | (40%) | (1,7) | (2,1) | 0,4 | (19%) | Demonstração de Resultado |
| Lucro Líquido | 0,7 | 4,2 | (3,5) | (83%) | 18,7 | 25,3 | (6,6) | (26%) | |

Em 30 de junho de 2020, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.708/2020-ANEEL, determinou a revisão da Receita Anual Permitida – RAP da Afluente T para -6,99 %, aplicada a partir de 1º de julho de 2020 sobre a receita vigente. Em 14 de julho de 2020, a Resolução Homologatória nº 2.725/2020-ANEEL, ajustada pelo Despacho nº3.219/2020-ANEEL, de 17/11/2020, homologou a RAP com a inclusão da receita de ativos resultantes de novos reforços e melhorias, resultando em um recuo de 5,73% em relação a RAP do ciclo anterior.

Dessa forma, a Margem Bruta da Afluente T em 2020 foi de R\$35,9 milhões, redução de 7% vs. 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

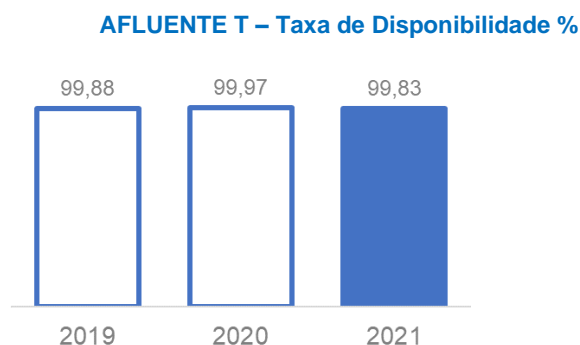
2019

A partir do segundo trimestre de 2019, a Afluente T, passou a apresentar os resultados a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, refletindo o modelo de negócio das empresas.

Em 2019 a Margem Bruta da Afluente T alcançou R\$38,6 milhões, aumento de 14,5% em relação ao mesmo período de 2018, impactada principalmente pela contabilização de maior receita de O&M (IFRS 15) e reajuste de inflação.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2021, 2020 e 2019 a disponibilidade apresentada pela Afluente T foi maior que 99%, representando um alto desempenho quando comparado ao limite estabelecido pelo Relatório de Avaliação do Desempenho (RAD) do Operador Nacional do Sistema (ONS), que é entre 95% e 98%. Este indicador é importante, pois as concessionárias de transmissão de energia elétrica têm a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade. A partir deste tempo de indisponibilidade da Transmissora, a ANEEL calcula a Parcela Variável, que é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão.



b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A principal receita da Companhia é a Receita Anual Permitida (RAP) determinada pela ANEEL e revisada periodicamente conforme parâmetros da agência reguladora.

A receita da Afluente T decorre em sua totalidade das atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infra-estrutura e serviços ligados a essas atividades.

A Afluente T trabalha para que o transporte da energia elétrica ocorra de maneira eficiente e segura, oferecendo condições para que as concessionárias de distribuição atendam aos seus consumidores finais. A transmissão da energia é uma função estratégica para assegurar o abastecimento tanto nas áreas rurais, quanto nos grandes centros urbanos.

Com potência instalada de 600 MVA, possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos, a Afluente T é composta pelos ativos abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| Operacionais | Estado | Participação Neoenergia | Entrada Operação (Prazo ANEEL) | Final da Concessão |
|---|--------|-------------------------|--------------------------------|--------------------|
| AFLUENTE T (Extensão Total 489,1 Km) | | | | |
| Linhas de Transmissão | | | | |
| LT 230 KV Itagibá - Funil C-1 | BA | 90,13% | 13/09/2009 | 08/08/2027 |
| LT 230 KV Brumado II - Itagibá C-1 | | | 13/09/2009 | |
| LT 230 KV Ford - Pólo C-2 | | | 02/08/2009 | |
| LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-2 | | | 19/01/2015 | |
| LT 230 KV Ford - Pólo C-1 | | | 24/11/2009 | |
| LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-1 | | | 18/01/2015 | |
| LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-1 | | | 31/01/2016 | |
| LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-2 | | | 31/12/1990 | |
| LT 138 KV Funil - Poções C-1 | | | 01/05/1993 | |
| Subestações Rede Básica | | | | |
| Tomba | BA | 90,13% | 31/12/1990 | 08/08/2027 |
| Brumado II - 230/69kV | | | 11/12/2002 | |
| Itagibá | | | 13/09/2009 | |

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais indicadores e índices macroeconômicos que influenciam as operações realizadas pela Companhia são:

- **Receitas**
 - PIB: Um crescimento do PIB tende a refletir um aumento do consumo de energia elétrica.
 - Inflação: os índices IGP-M e IPCA reajustam as tarifas de fornecimento de energia elétrica.
 - Taxa de câmbio (dólar americano): índice de parte da parcela de reajuste das tarifas de fornecimento de energia elétrica.
 - CDI: indicador a qual a maioria das aplicações estão vinculadas.
- **Despesas**
 - CDI: principal indexador das dívidas da Companhia. Na hipótese de elevação das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia também aumentarão, afetando negativamente a sua capacidade de pagamento.
 - Taxa de Câmbio (dólares americanos): parte da compra do gás para geração da energia é corrigida pela variação cambial
 - Inflação: repercute nos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de dívidas serem corrigidos pela inflação.

Ambiente Macroeconômico

As projeções para a economia, no início de 2021, soavam promissoras, após o duro choque econômico decorrente da pandemia da Covid-19 no ano de 2020. Segundo o Relatório Focus do Banco Central, em 31 de dezembro de 2020, a projeção, para 2021, era de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 3,32% (dentro da meta de 3,75%), Taxa Selic a 3,0% e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,4%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Tal otimismo era justificado pela expectativa da retomada econômica e pela descoberta no final de 2020, de vacinas contra o Covid-19. Entretanto, o que se viu foi um ano mais desafiador que o esperado, em especial pela 2ª onda de Covid-19 que atingiu o país ainda no primeiro semestre e pelo próprio programa de imunização da população, que levou alguns meses para ganhar tração.

Os temores em relação ao cenário fiscal, aliados à pior seca no Brasil em 91 anos, pressionaram os custos de operação do setor elétrico como um todo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida pelo IPCA, encerrou 2021 com alta acumulada de 10,06%. Como medida para conter a alta da inflação, a Taxa Selic, que caiu até a mínima histórica de 2,0% em 2020, foi à 9,25%, no final de 2021.

Quanto ao PIB, a economia encerra 2021 com perspectiva de crescimento de 4,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), impulsionado pelos setores da indústria e serviço.

No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve um aumento de 4,1% em relação a 2020. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combate à pandemia de Covid-19, que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

2021

Em 2021, o resultado líquido da renda de aplicações financeiras e do serviço da dívida (encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos) apresenta piora de R\$ 0,5 milhão quando comparado com 2020 conforme detalhado a seguir:

A Renda de Aplicações Financeiras apresentou piora de R\$ 0,5 milhão, quando comparada com 2020, explicada pelos seguintes fatores:

- (i) Redução de 48,4% no volume médio aplicado (efeito negativo de R\$ 1 milhão): devido ao pagamento de dividendos anteriores;
- (ii) Aumento do rendimento médio (efeito positivo de R\$ 0,5 milhão): seguindo o aumento de 1,66 ponto percentual no CDI acumulado no período..

2020

Em 2020, a Afluente T apresentou resultado financeiro líquido positivo, uma receita de R\$ 1.264 mil, redução de 46% quando comparado ao ano de 2019 (equivalente a R\$ 1.129 mil).

A dívida bruta da Afluente T, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 738 mil (dívida líquida de R\$ 30.470 mil), apresentando uma redução de 40% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para a linha de Renda de Aplicações Financeiras a variação negativa de R\$ 1.124 mil ou 44,8% no ano, foi devido a redução de 3,20 pontos percentuais no CDI acumulado no período, impactando a rentabilidade de caixa.

2019

Em 2019, a Afluente T apresentou resultado financeiro líquido positivo, uma receita de R\$ 2.393 mil, redução de 70,7% quando comparado ao ano de 2018 (equivalente a R\$ 991 mil).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A dívida bruta da Afluente T, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 1.248 mil (dívida líquida de R\$ 50,498 mil), apresentando uma redução de 37% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para a linha de Renda de Aplicações Financeiras a variação positiva de R\$ 916 mil ou 57,6% no ano, foi devido ao aumento do volume das disponibilidades.

Segue quadro demonstrativo com os principais indicadores dos anos:

| Índices | 2021 | 2020 | 2019 |
|-------------------|--------|--------|--------|
| CDI | 4,42% | 2,76% | 5,96% |
| TJLP | 4,80% | 4,87% | 6,20% |
| USD ¹ | 0,3838 | 1,1660 | 0,1559 |
| IPCA ² | 10,25% | 4,24% | 3,23% |

Nota 1: variação cambial entre 31/dezembro a 31/dezembro.

Nota 2: considera a inflação contabilizada 12 meses (M-1).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 – Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:****a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais, aquisição ou alienação de segmento operacional que tenha causado alterações relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais, constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Comentários dos Diretores sobre mudanças significativas nas práticas contábeis e ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Nos últimos três exercícios não houve mudanças significativas nas práticas contábeis utilizadas pela Companhia.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nos últimos três exercícios não houve mudanças significativas nas práticas contábeis utilizadas pela Companhia.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, datado de 17 de fevereiro de 2022, emitido pela KPMG Auditores Independentes, não contém ressalvas e ênfases.

Nos períodos em análise (2020 e 2019), não houve ressalvas e/ou ênfases presentes no parecer do auditor.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 – Comentários dos Diretores em relação ao dever de indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Na preparação das demonstrações financeiras da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Afluente T” ou “Companhia”), ao aplicar as políticas contábeis significativas, a Administração deve usar de julgamento e elaborar estimativas para os valores contábeis de ativos e passivos, que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e pressupostos associados se baseiam na experiência histórica e outros fatores relevantes. Portanto, os resultados futuros podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva. A administração concluiu que os julgamentos e estimativas mais significativos considerados durante a preparação das demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

Critério de apuração e remuneração do ativo contratual

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e Companhia, regulamentam a exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a companhia manteve a premissa de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros. O pronunciamento técnico CPC 47 define ativo de contrato como o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica.

(ii) A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem.

(iii) A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 9 para mais informações).

A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA ou IGP-M). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional.

Desta forma, o critério de apuração e atualização do ativo da referida concessão é influenciado por estimativas significativas.

Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivos financeiros

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Essa avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros e mudanças em condições de mercado, não tendo sido identificados indícios de deterioração dos seus ativos.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“Tributos sobre o lucro”)

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

Reconhecimento de receita

Nos exercícios de 2021, 2020 e 2019, não houve mudança de critério de reconhecimento da receita.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

A Diretoria da Companhia esclarece que não há outros itens relevantes, que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

a. Comentários sobre os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**i. Comentários sobre arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não aplicável. Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não houve transações (ativas ou passivas) de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

ii. Comentários sobre carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável. Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não houve transações (ativas ou passivas) de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

iii. Comentários sobre contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável. Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não houve transações (ativas ou passivas) de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

iv. Comentários sobre contratos de construção não terminada

Não aplicável. Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não houve transações (ativas ou passivas) de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

v. Comentários sobre contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável. Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 não houve transações (ativas ou passivas) de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

b. Comentários sobre outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que a Diretoria da Companhia esclarece que não há outros itens, que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Comentários dos Diretores em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, especificamente:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não Aplicável. A Companhia não possui transações (ativas ou passivas) de natureza material, individualmente ou quando agregadas, que não tenham sido apropriadamente registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação; e

Não Aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não Aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Comentários dos Diretores em relação aos principais elementos do plano de negócios do emissor, especificamente em relação aos seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

No ano de 2021, a Afluente T realizou investimentos no montante de R\$ 2,3 milhões, principalmente relacionados a ampliação e reforços homologados através de Resolução Autorizativa (REA) para a SE Ford e SE Tomba.

Em 2020 não houve investimentos em projetos de melhorias ou implementações em linhas e subestações de transmissão.

Em 2019 não houve investimentos em projetos de melhorias ou implementações em linhas e subestações de transmissão.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Em 2021 a fonte de financiamento para o investimento foi por meio de capital próprio.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável. Não existem desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável. Não existem outras aquisições relevantes já divulgadas pela Companhia.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Lei nº. 9.991, de 24 de julho de 2000, determina que as concessionárias do setor de energia elétrica, onde atua o Grupo Neoenergia, devem destinar 0,5% da sua receita operacional líquida para investir em Pesquisa e Desenvolvimento e mais 0,5% em Eficiência Energética (EE). Por sua vez, as empresas de Geração (o Grupo possui 07 empresas com obrigação de investimento em P&D: Baguari I, Geração CIII, Geração Céu Azul, Itapebi, Termope, além dos consórcios Águas da Pedra e Teles Pires) e Transmissão (o grupo possui 08 empresas com obrigação de investimento em P&D: Afluente T, Atibaia, Biguaçu, Dourados, Narandiba, Potiguar Sul, Santa Luzia

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

e Sobral), são obrigadas a aplicar 1% de sua receita apenas em P&D. Tudo isso sob regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Grupo Neoenergia, além de cumprir esse dispositivo regulatório, define o tema inovação como um dos valores do Grupo, ratificando a intenção de manter seu parque tecnológico atualizado e, ao mesmo tempo, a sua pretensão de desenvolver e manter em suas empresas os conhecimentos necessários para a adequada prestação de seus serviços e a consolidação de seu posicionamento estratégico.

Os programas anuais de P&D podem ser constituídos de um ou mais projetos, cooperados entre as empresas ou não, e deverão ser propostos de acordo com as instruções dispostas no PROP&D. Os Procedimentos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico foram aprovados pela Resolução Normativa (REN) da Aneel nº219, de 11 de abril de 2006, e posteriormente alterado pelas Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, nº 504, de 14 de agosto de 2012 e pela REN nº 754 de 13 de dezembro de 2016.

Segundo as diretrizes básicas do Programa de P&D, todo projeto de P&D deve ser enquadrado em umas das fases da cadeia da inovação, podendo ser classificado como pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, cabeça de série, lote pioneiro ou inserção no mercado.

Considerando esses conceitos, a Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. – Afluente T teve 01 projeto de P&D em andamento no período de 2019 a 2021, listado abaixo, referindo-se às fases da cadeia de inovação da pesquisa básica dirigida, da pesquisa aplicada ou do desenvolvimento experimental sendo considerados projetos de pesquisa:

- PD-7284-0001/2016 – Método Modificado da Superposição para o Compartilhamento de Responsabilidades Harmônicas. Este projeto conta com a cooperação da Afluente T (proponente), Coelba, Cosern, Narandiba e Consórcio Energética Águas da Pedra – EAPSA, e tem por objetivo a obtenção de hardware e software para aplicação prática do método da Superposição Modificado para o compartilhamento de responsabilidade entre a rede e uma unidade de geração convencional ou não, e, vice-versa. Determinação das parcelas de responsabilidades harmônicas entre as partes envolvidas.

Em 2021, foi encerrado o projeto PD-7284-0001/2016 - Método Modificado da Superposição para o Compartilhamento de Responsabilidades Harmônicas.

- ii. **montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Os montantes totais investidos pela Afluente T em projetos de P&D em fase de pesquisa de P&D (pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental), somados aos recursos destinados à gestão do Programa de P&D, corresponderam aos seguintes valores:

- Em 2021, R\$ 107.418,47;
- Em 2020, R\$ 8.911,56;
- Em 2019, R\$ 15.627,55.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

No desenvolvimento de projetos no Grupo Neoenergia, que geram novos produtos e serviços, também são incluídos os projetos do programa de P&D que pertencem às fases da cadeia de inovação: cabeça de série, lote pioneiro e inserção de mercado.

Dessa forma, no período de 2019 a 2021, a empresa Afluente T não desenvolveu projetos de P&D nestas fases da cadeia de inovação.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No período de 2019 a 2021, a empresa Afluente T não realizou desembolsos para a execução de projetos de P&D em fase de cabeça de série, lote pioneiro ou inserção de mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Gradativamente, em Setembro iniciamos o retorno ao trabalho de forma híbrida, e em Dezembro já estávamos com 100% dos colaboradores em trabalho presencial, sempre enfatizando nosso cuidado à saúde e bem estar de todos, e praticando todos dos protocolos necessários à prevenção contra a Covid. Para 2022, adotaremos a opção de trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exerçam atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar a Neoenergia à realidade do mercado de trabalho.

No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve um aumento de 4,1% em relação a 2020. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combate à pandemia de Covid-19, que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.